



PLANO DE ENSINO DE DISCIPLINA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO: DIREITO

DISCIPLINA: Ações Constitucionais		CÓDIGO: DIR 349
DURAÇÃO EM SEMANAS: 15	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 02 HORAS	CARGA HORÁRIA TOTAL: 30 HORAS
SEMESTRE LETIVO: 2024.1		PERÍODO: Ímpar
PROFESSOR: Luiz Ismael Pereira		
OBJETIVOS		
<p>Ao final desta disciplina o estudante deverá ser capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none">- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais;- Outorgar aos universitários formações jurídico-profissional e cívico-cidadã, para que possam compreender o campo de incidência e aplicabilidade das ações constitucionais, mais especificamente, dos chamados “remédios constitucionais” ou “writs constitucionais”, cujo conhecimento e o domínio são indispensáveis ao bom exercício profissional das diversas carreiras jurídicas e da cidadania.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
1. Mandado de segurança 2. Mandado de Injunção 3. Habeas Data 4. Ação Popular 5. Ação Civil Pública 6. Ações de Controle Concentrado de Constitucionalidade 7. Reclamação Constitucional 8. Recurso Extraordinário		
METODOLOGIA DE ENSINO		
1. Aulas discursivas e dialógicas com leituras selecionadas para cada um dos temas. 2. Considera-se razoável a dedicação mínima dos discentes aos estudos da disciplina na mesma proporção da carga horária semanal. 3. O áudio das aulas poderá ser gravado pelo professor para fins de melhoramento didático.		
RECURSOS AUXILIARES DE ENSINO		
1. Plataforma MOODLE; 2. Lousa para anotações em sala; 3. Arquivos em nuvem; 4. Leituras prévias.		
FORMAS DE AVALIAÇÃO		
TIPO	DATA	VALOR
Trabalho 1 (Prática)	19/04/24	30
Trabalho 2 (Prática)	17/06/24	30
Prova	24/06/24	40

INSTRUÇÕES PARA OS TRABALHOS

1. Nos dias indicados no calendário, o grupo formado por até três membros fará um trabalho em sala de aula, analisando um caso proposto pelo professor, identificando o tipo de ação constitucional cabível e redigindo um esboço de petição inicial que deverá ser enviada postada no MOODLE até o final da aula.
2. Serão considerados como critério de avaliação: a correção da ação constitucional, a correção formal de ajuizamento, qualificação das partes, questões de fato e de direito e pedidos.

INSTRUÇÕES PARA A PROVA

1. Prova individual e **sem consulta** com questões objetivas e discursivas.
2. Utilização de caneta azul ou preta. **Questões à lápis não serão corrigidas.**

EXAME FINAL

1. Data do Exame Final: entre os dias 02 e 05/07/2024, a ser marcado e em formato **presencial**.
2. As/os discentes que atingirem média entre 40 e 59 pontos, inclusive, poderão realizar o exame final com o conteúdo acumulado do semestre e em forma escrita.

PROCEDIMENTO DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA

1. O controle de frequência se dará por cada hora-aula ministrada através da forma escrita e/ou oral, ocorrendo no início e no fim de cada hora-aula, sendo para a primeira e segunda aula respectivamente, **tolerando-se 10 minutos no início e 10 minutos no final**. O lançamento da infrequência será feito no link disponível no MOODLE.
2. No caso de regime excepcional pelos motivos e procedimentos elencados na Resolução CEPE Nº 01/2023 – Regime Didático. **Deve-se seguir o procedimento indicado por e-mail pelo Registro Escolar.**
3. **Em nenhuma hipótese** ocorrerá abono de faltas nos casos não disciplinados pelo regime especial.
4. Somente será feita a 2ª chamada de prova, **em dia a ser agendado**, com a devida justificativa enquadrada no regime especial e solicitada ao Registro Escolar, o qual informará ao docente. O agendamento será individual ou em grupo, dependendo do caso.

BIBLIOGRAFIA

MEIRELES, Hely Lopes; WALD, Arnoldo; MENDES, Gilmar. **Mandado de segurança e ações constitucionais**. 38. ed. São Paulo: Malheiros, 2019. Disponível em: <https://pt.br1lib.org/book/21021642/d845b7>.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Ações Constitucionais**. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Gen/Método, 2013. Disponível em: <https://pt.br1lib.org/book/18388850/1c3f43>.

SOUZA, Bernardo Pimentel. **Das Ações Constitucionais**. Viçosa: Editora UFV, 2013.

OBS: outros textos poderão ser indicados em sala de aula e incluídos no MOODLE.